

POLÍTICA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO: BREVES APONTAMENTOS SOBRE O CONTEXTO POLÍTICO-EDUCATIVO DO BRASIL – PERÍODO COLONIAL À SEGUNDA REPÚBLICA

Jaklane Nunes Rabelo¹

RESUMO

O Estado e a sociedade sempre procuraram utilizar a educação como ferramenta no processo de construção de um projeto de poder, influenciando-a e orientando-a de acordo com seus interesses e aspirações. Nesse projeto, o sistema educativo, em diferentes épocas, fora utilizado como via para difundir ideologias e implementar e normatizar propostas políticas-educativas que buscassem corresponder às expectativas e as demandas do setores político-econômicos no sentido de fortalecer os ideais capitalistas. Diante dessa conjuntura, o presente artigo propõe descrever, brevemente, alguns fatos históricos – ocorridos no período Colonial à Segunda República –, refletindo e analisando criticamente como essa inter-relação entre política, sociedades e educação pode ter influenciado e contribuído na organização e constituição do processo educativo do Brasil, tornando-se um fator preponderante para conduzir os rumos da educação brasileira até os dias atuais.

Palavras-chaves: Educação; Políticas; Sociedade; Ensino.

INTRODUÇÃO

O Estado e a sociedade, em diferentes épocas, têm influenciado a educação, orientando-a de acordo suas aspirações político-econômicas e socioculturais. Por meio do sistema educativo e através das políticas educacionais o Estado tem procurado normatizar e preconizar medidas políticas/educativas estratégicas que alteram e conduzem os rumos da educação, determinando, a partir delas, quais conhecimentos e saberes deverão ser ofertados, ou negados, aos sujeitos para garantir que mesmos estejam aptos à corresponderem às expectativas do poder hegemônico. Devido a essa inter-relação com o Estado e a sociedade, a educação passou a ser concebida como um importante instrumento ideológico para fortalecer, ou alterar, valores e concepções que contribuíram tanto para conservar, quanto para romper, com as estruturas de poder, que ao longo da História, se alternaram no comando do país.

Seguindo uma perspectiva dialética, entende-se que a educação mesmo alvo de constantes interferências, não pode ser compreendida, apenas, por essa característica de ser algo influenciável. Ela, também, precisa ser valorizada pelo seu poder de influenciar, pois, é esse

¹ Mestre e Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana do Paraguai. Graduada em Letras pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) com especialização em Literaturas e Linguística (UNEB), História da Cultura Afro-brasileira (FTC) e Metodologia da Língua Portuguesa (Vasco da Gama). Professora da rede municipal de Xique-Xique, Bahia/Brasil. lanerabelo@hotmail.com

poder que faz com que ela, ao transformar a ignorância em conhecimento, possa contribuir para que os processos político e social, continuamente, sejam transformados e melhorando, assegurando novas possibilidades de desenvolvimento para os sujeitos, a sociedade e o próprio Estado. Por ser um campo ilimitado de possibilidades e possuir maleabilidade, adaptando-se a mudanças de paradigmas históricas e político-sociais, a educação tornou-se um bem fundamental para garantir o despertar da consciência individual e coletivas dos sujeitos, permitindo, em cada época, o surgimento de novas formas de pensar e agir diante da realidade que se apresentava. E, isso, foi extremamente importante para que houvesse a evolução cultural e a modernização do Estado, da sociedade e até mesmo da própria educação (GADOTTI, 2012).

Assim, buscando compreender melhor essa inter-relação entre política, educação e sociedade o presente artigo propõe descrever brevemente alguns fatos históricos ocorridos no Brasil – durante o Período Colonial à Segunda República –, para mostrar como a educação foi utilizada com instrumento para ora conservar ou ora transformar às relações de poder ao longo dessas diferentes épocas, objetivando identificar, nesse recorte histórico, algumas pistas de quando e como se constituíram e se organizaram as bases ideológicas que, ainda hoje, conduzem e condicionam os rumos da Educação no país.

DESENVOLVIMENTO

A História da educação mostra que, no Brasil, desde a fase inicial da colonização, o processo educativo implantado (ainda informal) tinha como finalidade assegurar os interesses ideológicos e políticos da Coroa Portuguesa e da Igreja Católica. Por meio da alfabetização, acreditava-se que seria mais fácil impor aos povos conquistados os valores e os princípios eurocêntricos de modo a alterar nesses sujeitos seus hábitos, costumes e visão de mundo, e, com isso, subjugar-los, fazendo-os contribuir, “com a força e com a fé”, no processo de consolidação do projeto mercantilista, que procurava ampliar os poderes políticos e econômicos da monarquia e da Igreja nas terras conquistadas e, também, na Antiga Europa (NETO e MACIEL, 2008).

Nessa proposta política, o conceito de educação estava totalmente voltado a ideia de doutrinação religiosa e aos interesses políticos econômicos vinculados à política colonizadora de Portugal – cuja a finalidade era à obtenção de lucro com a exploração das riquezas naturais. Por isso, nesse projeto, a Coroa conferiu aos jesuítas a responsabilidade de, inicialmente, catequizar e alfabetizar os nativos (crianças e adultos) – civilizando-os e disciplinando-os para o trabalho escravo – e, posteriormente, após a consolidação da Colônia e o aumento da

urbanização, fortalecer e ampliar o sistema educativo para melhorar os níveis intelectual e cultural dos filhos dos colonos/portugueses, preparando-os para transformá-los em futuras lideranças da elite colonial (FÁVARO, 2000).

De acordo com Neto e Maciel (2008) essa preocupação em utilizar a alfabetização para civilizar e disciplinar o indígena, na verdade, justificava-se pela necessidade de “incorporar o índio ao mundo burguês, à “nova relação social” e ao “novo modo de produção”. Dessa forma, havia uma preocupação em inculcar no índio o hábito do trabalho, pelo produtivo, em detrimento ao ócio e ao improdutivo” (NETO e MACIEL, 2008, p.174). Assim, entende-se que, nesse contexto, não havia, por parte da Metrópole, uma real preocupação com o “melhoramento” da condição do sujeito humano e social, mas sim, uma explícita intenção de instruir esse sujeito (nativo) com a finalidade de coisificá-lo e explorá-lo como força produtiva.

A influência dos jesuítas se manifestava em diversos setores da sociedade, mas foi na educação que mais se destacou. Deram início a um projeto educativo que serviu de base para construir a educação colonial, desenvolvendo propostas didático-pedagógicas e, até mesmo administrativas, que ajudaram a sistematizá-la e melhorá-la, oferecendo mais qualidade, especialmente, para a educação intelectual da elite colonial. Com esse propósito, instalaram as primeiras escolas de ler, escrever e contar e os colégios religiosos nos grandes centros urbanos, objetivando fortalecer as bases para o ensino primário e secundário (NETO e MACIEL, 2008; FÁVARO, 2000).

Em sua proposta pedagógica, os jesuítas utilizaram um documento de normas pedagógicas, comumente chamado de *Ratio Studiorum* que determinava o método de ensino baseado na disciplina rigorosa e na memorização dos conteúdos. Esse documento tinha como objetivo garantir uma formação humanística e científica para o aprendiz, ajudando-o a pensar e a expressa-se de acordo aos valores morais, sociais e religiosos da época (NETO e MACIEL, 2008; FÁVARO, 2000). Dentro dessa perspectiva era essencial oferecer instrução a sociedade para que essa se civilizasse e se desenvolvesse, no entanto, essa educação deveria instruí-los a respeitar os dogmas da Igreja e aceitar a sua submissão perante ao Rei.

A Monarquia e a Igreja entendiam que tanto o filho do índio como o filho do colono deveriam ser alfabetizados e preparados para adquirirem os valores morais, éticos e religioso que seriam necessários para conviver em harmonia na sociedade. Porém, somente o segundo poderia utilizar-se da condição de alfabetizado para ser reconhecido como ser histórico-social e, com isso, poder adquirir conhecimentos que o impulsionasse na evolução acadêmica, social e política, preparando-se intelectualmente e culturalmente para, por meio dos conhecimento

adquiridos, garantir as bases de sustentação das estruturas de poder vigente (SECO e AMARAL, 2006; NETO e MACIEL, 2008).

Em meados do século XVIII, a sociedade colonial passaria a se confrontar com os ideais iluministas – um movimento filosófico contrário ao dogmatismo religioso e político prevalecente – que difundiam os ideais liberais de valorização do indivíduo como um ser livre e possuidor de direito. Esses ideais, ampliavam a liberdade de ideias e a percepção da população sobre realidade, ameaçando a soberania dos monarcas e o poder da Igreja, pressionando-os a modificarem suas estratégias políticas para não perderem o comando. Para Seco e Amaral (2006), foi justamente nesse momento, em que o projeto educativo implantado pelos jesuítas no Brasil, de base essencialmente religiosa, perde seu espaço dentro da proposta político-econômicos e ideológica da Coroa portuguesa, que, naquela época, vivenciava momentos de profundas transformações social e estrutural, tentando modernizar e reorganizar a administração da metrópole e de suas colônias para adequar-se à nova ordem mundial: o capitalismo industrial. E com o propósito de ajudar Portugal nesse sentido, chega ao Brasil, o ministro Marquês de Pombal para organizar administração da Colônia e, sobretudo, resolver conflitos de origem política, econômica e ideológica entre a Coroa, a Igreja e a sociedade. Conflitos esses em que o poder monárquico e as elites coloniais travam uma disputa com a Igreja, com a finalidade de obter o controle das terras exploradas pelos Jesuítas e o domínio dos indígenas (FÁVARO, 2000; SECO e AMARAL, 2006; NETO e MACIEL, 2008).

A chegada do Marquês promoveu profundas mudanças nas estruturas e nas relações sociais da época, orquestrando transformações em diferentes áreas, sobretudo, no sistema educativo em que, por meio de reformas político-educacionais, instituiu-se, alterações significativas na educação, dentre as quais vale destacar a laicização do ensino, o desmantelando da proposta educacional vigorante, o imediato fechamento dos colégios Jesuítas, a padronização do currículo, a implantação das aulas régias e, dentre outras coisas, a expulsão da Companhia de Jesus das terras brasileiras (SECO e AMARAL, 2006; NETO e MACIEL, 2008). A atitude de expulsar os jesuítas mostrava que, naquele novo contexto social e político-ideológico, o trabalho pedagógico/ideológico executado pela Companhia de Jesus (inclusive o processo de alfabetização), aos olhos da Coroa portuguesa, estaria perdendo sua função e, por isso, seria necessário substituí-lo por um novo projeto, o ensino público, gratuito e laico. Assim, tentando se desvencilhar do modelo educativo jesuítico, o sistema de ensino pombalino propôs uma nova configuração de escola/educação, procurando ajustar-se melhor aos interesses políticos do Estado que, a partir dali, iniciaria um histórico controle do sistema educativo (SECO e AMARAL, 2006; QUEIROZ e MOITA, 2007).

Nesse cenário, a implementação de um ensino público e a redução dos índices de analfabetismo da população tornaram-se importantes metas dentro da proposta política-educativa do Estado, pois, esperava-se que, a partir disso, os colonos pudessem se civilizar e, com isso, contribuir para o progresso político e econômico da Colônia. Para Queiroz e Moita (2007) isso ocorreu porque,

O Marques estava preocupado, principalmente, em utilizar a instrução pública como instrumento ideológico e com o intuito de dominar e diminuir a ignorância que grassava na sociedade, condição incompatível e inconciliável com as ideias iluministas (QUEIROZ e MOITA, 2007, p. 12)

As reformas pombalinas provocaram mudanças significativas no sistema educativo já implantado. Contudo, é importante lembrar que, embora motivada pelos princípios iluministas, essa política imperial, de padronização da administração, não se constituía entorno da preocupação com o desenvolvimento humano e social dos colonos, principalmente, dos povos escravizados. Na verdade, estava centrada nos interesses político-econômico imediatos do Estado, que naquele momento, buscando fortalecer o poder absolutista, precisava formar uma elite intelectual que o ajudasse a administrar e comandar o imenso território brasileiro, que devido a sua extensão territorial, apresentava sérios problemas de ordem estrutural, social, e político-econômica (SECO e AMARAL, 2006).

Por não haver a preocupação centrada nas necessidades educativas do indivíduo, e sim na manutenção do poder estatal, as reformas pombalinas traziam formulações legais, que na sua aplicação prática, não correspondiam às necessidades das diferentes realidades que vivia a população. Desse modo as reformas serviram para dismantelar a estrutura e a organização do sistema educativo implantado pelos jesuítas, mas, não conseguiu oferecerem um modelo educacional que fosse mais organizado e efetivamente mais eficiente para atender a necessidade de todos (indivíduos livres). Assim, entende-se que, mesmo trazendo algumas inovações para o sistema educacional, essa reformulação do sistema de ensino terminou causando por anos, a desorganização e a decadência da educação no Brasil Colônia (QUEIROZ e MOITA, 2007).

As medidas políticas tomadas, na ocasião, mudou o sistema organizacional, todavia, não alterou significativamente a realidade do acesso à educação: os filhos das famílias abastadas, por ter mais condições financeiras, permaneceram tendo acesso ao sistema particular de ensino (escolas religiosas), que devido a sua organização pedagógica e administrativa, contribuía para que esses conseguissem se alfabetizar e avançar, com mais facilidade, as etapas da escolarização; enquanto, que a maioria das crianças de classes mais baixas, por não ter a mesma

oportunidade de acesso, enfrentavam a precariedade do sistema público de ensino, o despreparo profissional de professores e a dura responsabilidade de além de estudar, também ter que trabalhar para ajudar as famílias financeiramente. Fato que colaborava para que muitas delas se evadissem desse sistema, permanecendo ignorantes e analfabetas (SILVA, 1998; SECO e AMARAL, 2006).

Diante das consequências deixadas pelas reformas implantadas por Pombal, no Período Imperial, intensificou-se os debates sobre a necessidade de mudar as concepções de homem, de educação e de sociedade e, como resultado disso, instituiu-se, por meio da Constituição de 1824, o direito à educação laica e gratuita. Sob à luz dos princípios filosóficos do Liberalismo, o Estado passou a reconhecer a educação pública como um direito civil e jurídico e, que, por isso, deveria propiciar ao homem uma formação livre e plena. Para tanto, seria fundamental proporcionar ao um maior número possível de indivíduos (exceto escravos) o direito à alfabetização, para que todos os cidadãos, aprendendo ler, escrever e contar, pudessem ampliar, cada vez mais, seu repertório de conhecimentos e, assim, cooperar para o progresso cultural e econômico da sociedade Imperial (MACIEL e NETO, 2006). Apesar dessa mudança de percepção do Estado, percebia-se que, não prática, poucos eram os colonos que tinham a chance de alfabetizar-se. Ser alfabetizado, naquele contexto político-social, tornava-se um dos importantes critérios para aquisição dos direitos civis e políticos, o que facilitaria a participação ativa dos cidadãos comum à alto cargos do governo e na política.

No entanto, o Estado, tentando reduzir gastos, buscou, através do Ato Adicional de 1835, à descentralização da educação, transferindo para províncias e municípios a responsabilidade em promover os ensinos primário e secundário. Porém, segundo Nascimento (2006) nesse projeto político, a proposta de ampliar o acesso à alfabetização e promover a melhoria do ensinos elementares, devido à falta de recursos ou omissão do poder local, não foi devidamente estimulada e, por isso, não parecia avançar. Os esforços e investimentos do Governo Central se centralizaram no Ensino superior e, por conta disso, surgiu a primeira escola Normal no Brasil. Fato que demonstrava que para o Estado a finalidade principal da educação, naquele momento, seria a de garantir instrução, apenas, a um pequeno grupo que, possivelmente, formaria a elite intelectual e dirigente da Colônia (NASCIMENTO, 2006).

De modo geral, a educação, naquele período,

Apresentava-se sem diretrizes que estabelecessem os caminhos para se organizar o ensino no país. A falta de planos de educação originou a formulação de reformas, apresentadas na corte, pretendendo constituir-se em diretrizes para os regulamentos provinciais. Esta foi a estratégia encontrada

para centralizar o ensino, de acordo com as determinações do Governo Central, uma vez que o Ato Adicional de 1834 dava competência às províncias para legislar sobre diversas matérias, entre elas, a educação (OLIVEIRA E VOGT, p. 72).

Contudo, a decisão de descentralizar à educação não agradava a todos e os embates políticos, entre conservadores e liberais, revelavam que muitas decisões tomadas pelo Estado para mudar o sistema educativo, na verdade, não buscavam favorecer a qualidade da educação, mas sim o interesse político-econômico em preservar os recursos financeiros do governo. Nesses embates, os dirigentes políticos, além avaliar a responsabilidade do Estado frente à ineficiência do sistema público de ensino, também, procuravam conferir à família a responsabilidade de cooperar para garantir qualidade do processo de ensino: para alguns, as principais causas para a baixa qualidade do ensino público seria a ausência e a negligência dos pais/responsáveis em relação a educação dos seus filhos, a pobreza, a extensão territorial, o despreparo dos docentes etc; para outros, essa ineficiência estaria associada a outros motivos relacionados a omissão do Estado que, ao dividir a responsabilidade da educação com as provinciais, deixou de investir no melhoramento da infraestrutura e funcionamento das instituições escolares de ensino primário e secundário, tornando ainda mais precária e sem qualidade a educação pública (SILVA, 1998).

Nos últimos anos do período Imperial, mudanças significativas ocorreram, alterando a realidade social, política e econômico no Brasil: fim da escravatura, intensificação da imigração europeia, do trabalho assalariado e o crescimento e diversificação da população (em relação a cultura, etnia e instrução), pressionava o Estado, exigindo a transformação política e econômica e, principalmente, a construção de uma identidade nacional. Nesse contexto, a educação, tornou-se a principal “responsável pela moralização e civilização do povo”, fazendo com que os intelectuais contrários a monarquia, fortalecesse na população a noção de liberdade, exigindo um novo regime político – a República (SILVA e SOUZA, 2011). Realidade político-social motivada pelo fortalecimento dos princípios liberais que buscava a transformação do cenário político, social e econômico do país e que via no projeto educacional em vigor um entrave para desenvolvimento do projeto social republicano (SOUZA, 1998).

No período da República, os ideais liberais ficaram mais evidentes e a educação passou a constituir-se como um direito, à medida que passava a ser entendida como um ordenamento normativo do Estado que serviria para consolidar outros direitos sociais (ZICHIA, 2008). A educação, nesse contexto, continuava sendo pauta de inúmeras discussões políticas e, como consequência disso, a questão da alfabetização escolarizada passava a ser concebida como a

única oportunidade viável para o melhoramento sociocultural e a difusão mais ampla dos ideais liberais entre os diferentes grupos sociais.

Segundo Mortatti (2006), com a consolidação da República, o Estado, tendo em vista o progresso político, social e econômico da nação, procurou ampliar o projeto da educação (laica e gratuita) de modo mais organizado, sistematizando a alfabetização por meio da escolarização. Com esse propósito, o processo de ensinar e de aprender a leitura e a escrita na fase inicial de escolarização deveria propiciar ao aprendiz o contato direto com o “mundo público da cultura” nacional e estrangeira e a escola, obedecendo aos princípios ideológicos da nova ordem política e social, deveria “assumiu um importante papel como instrumento de modernização e progresso do Estado-Nação, como principal propulsora do “esclarecimento das massas iletradas”(MORTATTI, 2006, p. 02).

De acordo com Ghiraldelli (2009), no período que compreende o fim do Império e início da primeira República o Brasil assistiu uma relativa transformação nos aspectos sociais, políticos e culturais. Grupos oligárquicos que estiveram junto aos militares no projeto de construir o novo regime (a República) passaram a reivindicar uma educação que priorizasse a efetivação de uma melhor formação intelectual, que somente seria possível, através do acesso contínuo das diferentes etapas da escolarização: do ensino primário à universidade.

Esse pensamento otimista ocorreu motivado por um sentimento coletivo que deu origem ao movimento “entusiasmo pela educação” que, embora, não tenha durado muito naquele momento, ressurgiu por “volta da Primeira Guerra (1914-1917) e, exatamente por causa dela”, associado às preocupações das Ligas nacionais, entidades que surgiram para incentivar o patriotismo e, talvez, até certo ponto chauvinismo (GHIRALDELLI, 2009, p. 32). As Ligas nacionais surgem no Brasil, após impacto da eclosão da Primeira Guerra Mundial com o objetivo de pensar o país, sob uma nova ótica: a nacionalista. Com isso intelectuais passaram a se engajar em projetos que buscavam defender e valorizar os aspectos sociais e políticos essenciais para garantir o progresso da nação e dos brasileiros, reivindicando melhorias na segurança nacional, na infraestrutura, na educação, na saúde etc. O foco das entidades era lutar para construir uma identidade nacional e modernizar o país.

O poder Oligárquico (detentor da força política na época), entretanto, para conservar seu domínio, passou a entender que embora fosse importante pressionar o Estado a criar novas estratégias políticas para melhorar o sistema de ensino e modernizar a educação, essa “melhoraria” ou “modernização” não deveria ser tão significativa e abrangente, a ponto de alterar as relações de poder existentes naquele contexto social. Para o grupo político Oligárquico, a educação e a alfabetização da população mais carente daria a essa uma maior

compreensão da realidade e, isso, certamente inviabilizaria seus planos de manutenção do poder (GHIRALDELLI, 2009).

Dessa forma, a força Oligárquica passou a pressionar o governo para que as mudanças educativas propostas estivessem condicionadas a seus interesses econômicos e políticos, determinando que o acesso à educação pública deveria depender de um processo seletivo que obedecesse alguns critérios pré-estabelecidos, os quais definiriam quem teria ou não o direito de usufruir das benesses dessa educação e de, sobretudo, alfabetizar-se para aprender e evoluir intelectualmente e socialmente. Dentre as prescrições estabelecidas estavam, além do critério ético-racial, outros como a condição social, cultural etc. Imposição que buscavam restringir ou dificultar ainda mais o acesso da população menos favorecida ao processo de escolarização, tentando impedir, sobretudo, negros e índios, de ter o direito de uma educação de qualidade e serem devidamente alfabetizados (SILVA, 1998; SOLIGO, 2010). Para os representantes do poder Oligárquico, naquele momento histórico, a educação passaria a ganhar um significado político-social ainda mais forte, sendo vistas como importantes critérios para exclusão dos homens iletrados no processo de construção do novo contexto social, cultural e político da Primeira República (SILVA, 1998; MORTATTI, 2006).

Apesar desse movimento contrário à democratização da alfabetização e da escola pública, as constantes mudanças na gestão política terminaram contribuindo para que houvesse alguns avanços no campo educacional. Avanços esses que ajudaram a alterar a forma de se enxergar à educação e a alfabetização e, com isso, fomentaram a necessidade de promover reformas educativas mais profundas para ampliar o acesso da população à alfabetização e à educação pública. As reformas educativas que foram ocorrendo já partiam do pressuposto de que, naquele momento histórico, somente, a universalização da educação seria o caminho para erradicar o analfabetismo e “tornar a população mais culta e civilizada, progredindo junto com o país” (LIMA *et.al*, 2015, p 02). O começo da modernização educativa dava os primeiros passos com o ingresso das ideias positivistas no sistema de ensino superior e o estabelecimento de um pensamento ideológico que priorizava a responsabilidade do Estado sobre o sistema educativo.

Essa tentativa de universalizar a educação e de responsabilizar o Estado foi positiva, no entanto, não foi o suficiente para garantir a qualidade da educação oferecida, já que a educação das camadas populares continuava enfrentando sérios problemas. Uma conjuntura que revelava que apesar das transformações político-sociais que estavam ocorrendo, no sistema educacional, ainda, permanência o dualismo da sociedade brasileira: enquanto os filhos (homens) dos ricos mantinham a qualidade da sua formação em colégios religiosos particulares, a educação dos

filhos dos menos favorecidos, mantida pelo poder público, continuava precária e sem qualidade, devido a descontinuidades das propostas políticas-educativas, que se alterava de acordo aos interesses do poder vigente (SOLIGO, 2010). Tentando reverter essa realidade, o Estado, apesar de enfrentar resistências, tomou algumas medidas², mesmo que dispersas, para ampliar o acesso a educação. No entanto essas medidas não foram acolhidas por todos: se por um lado elas geraram na população um otimismo frente o sistema de ensino, por outro, desagradaram e muito o poder Oligárquico, que com o pensamento conservador continuava persistindo na ideia de permanência de uma educação discriminatória e excludente para a maioria da população (ROMANELLI, 1999; GHIRALDELLI, 2009).

Esse dualismo de interesses entre a sociedade e o poder político colaborou significativamente para que, durante anos, as políticas educacionais desenvolvidas ao longo daquele período (e até hoje) fossem sempre frágeis e superficiais e, devido a isso, nunca conseguiram alcançar o êxito na sua proposta inicial: atender a todos, garantindo uma educação que tivesse a mesma qualidade e eficiência.

Essas reformas, que marcaram a Primeira República, não passaram de tentativas frustradas, pois algumas nem chegaram a ser aplicadas; outras, apenas em parte, e mesmo as que foram implementadas não passaram de representantes do pensamento isolado e desordenado dos comandos políticos do momento (SOLIGO, 2010, p. 04)

De acordo com Soligo (2010) e Romanelli (1983), na primeira fase da República, os acontecimentos políticos e sociais ocorridos após o fim da escravatura, chegada dos imigrantes e a própria proclamação da República, apontaram para a urgente necessidade do Estado reestruturar a sociedade que, a partir dali, tornava-se, ainda, mais complexa e heterogênea, em meio a imensa diversidade étnica-cultural e social que se formou. E essa complexidade na organização social exigia novos rumos para educação e uma definitiva ruptura com antigos modelos de educação.

Com o término da primeira fase da República, deu-se início a novas formulações no âmbito político, econômico e educativo, o processo de industrialização se intensificou e com a forte influência dos princípios capitalistas, resultados do processo pós-Guerra (1914 – 1917), o Estado brasileiro foi pressionado pela conjuntura político-econômica mundial a desenvolver uma política, com abordagem mais intervencionista, com o objetivo de criar estratégias mais

² O governo tentou substituir o currículo acadêmico de caráter humanístico por um currículo de caráter enciclopédico, com disciplinas científicas, ao sabor do positivismo; reorganizou o sistema de ensino, dividindo o ensino primário em dois graus e exigindo o diploma de magistério; criou o centro de aperfeiçoamento do magistério (GHIRALDELLI, 2009).

concretas para solucionar os diversos problemas que o país vinha enfrentando, especialmente, os relacionados a qualidade da educação, que precisava melhorar e se fortalecer, adequando-se à nova ordem política, econômica e ideológica daquele momento histórico. E foi nesse contexto histórico que se iniciou a Revolução de 1930,

o processo de constituição de um Estado propriamente capitalista no País e, como consequência, efetivava-se pouco a pouco a concentração dos vários níveis da administração pública nas mãos do Executivo federal, bem como o controle sobre as políticas econômica e social. Nesse quadro de centralização crescente passaram a ser gestadas e postas em prática determinadas políticas públicas de caráter nacional, inclusive a política educacional (MORAES, 1992, p. 291)

O crescente avanço da industrialização e do urbanismo impulsionavam o Estado a reavaliar a educação, repensando-a diferente da que existiu nas épocas anteriores, pois, apesar de ter demonstrados alguns sinais de avanço com as reformas no início do período³, a realidade educativa do país, ainda, se apresentava deficitária: 75% da população em idade escolar ou mais continuava analfabeta e, isso, “aos olhos de alguns, era como se a República não tivesse de fato tornado a “coisa pública” algo realmente público – o ensino não parecia prioridade”(GHIRALDELLI, 2009, p. 33).

Frente a isso, o Governo federal – procurando corresponder a interesses políticos econômicos dos países desenvolvidos – propôs nova reformas educativas em que se compreendia a educação como instrumento indispensável dentro do projeto nacional que se pretendia construir.

As reformas empreendidas por Francisco Campos durante sua gestão no novo ministério efetivamente forneceram uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior. Pela primeira vez na história da educação brasileira, uma reforma se aplicava a vários níveis de ensino e objetivava alcançar o País como um todo (MORAES, 1992, p. 293).

Seguindo uma perspectiva Liberal-democrático, o Governo federal resolveu tomar algumas importantes medidas visando fortalecer o projeto de reconstrução social e educacional. Assim, procurou intensificar nos grandes centros urbanos um movimento educativo para preparar a população para o mercado de trabalho, propondo uma nova reforma educativa que via no currículo, de base técnico-científico, a oportunidade para ampliar as possibilidades profissionais de jovens e adultos das classes mais baixas. Com o objetivo de impulsionar o setor

³ Houve a regularização sobre a formação e o exercício docente – Lei 15 de outubro de 1827; Criação das escolas normais – 1830; Reforma do Ensino primário e secundário (Benjamin Constant) etc.

educativo e social o poder público fundar o Ministério da Educação e a Saúde Pública, com o objetivo de centralizar a política educacionais e melhorar as questões relativas ao ensino e a saúde da população. Além dessas, outras ações importantes, também, foram desenvolvidas, objetivando o crescimento socioeconômico e a redução da pobreza, tais como a implantação de um Plano Nacional da educação e a elaboração da Lei de diretrizes e base da educação, que exigia obrigatoriedade na matrícula para o ensino primário etc. (MORAES, 1992; MACHADO e TERUYA, 2007). Para pôr em prática esse projeto, o governo nomeou como Ministro Francisco Campos que sancionou seis decretos, com o objetivo de organizar o ensino secundário e as universidades brasileiras”. Decretos que ficariam, mais tarde, conhecidos como “Reforma Francisco Campos” (MACHADO e TERUYA, 2007, p. 04).

As ideias políticas e educacionais de Francisco Campos abriram brechas para solidificar o pensamento escolonovista que acreditava na possibilidade de construir um país forte político e economicamente, mediante a transformação do processo educativo, em que a educação, gratuita e de qualidade, fosse capaz de propiciar uma formação cidadã e profissional adequada, contribuindo para o aumento do capital industrial e a modernização do país (MORAES, 1992). Reformas que tornaria-se uma importante estratégia política para efetivar o sonho de obter um sistema educativo alinhado aos interesses sociais e econômicos, porém, cabe lembrar que embora assegurando alguns avanços no processo educacional, elas continuavam a serviço dos interesses capitalistas que viam no país um campo fértil para a mão-de-obra especializada e o consumo da produção industrial (FILHO, 2005; SILVA, 2007; ROMANELLI, 1999).

Desse modo, Silva (2007) confirma que,

No Brasil, os ideais republicanos nasceram inspirados nas ideias positivistas de educação, marcadas pela crença sistemática nas políticas educacionais como mola propulsora para o progresso. A educação estava sempre presente nos discursos políticos, sendo sempre apontada como a chave para atingir o pleno desenvolvimento. (SILVA, 2007, p.03).

Esses ideais alimentavam a proposta da Escola Nova que, inserida no Brasil por Rui Barbosa, somente ganharia força e se consolidaria efetivamente a partir do lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1930) – um documento que expõe a preocupação da sociedade em relação aos rumos tomados pela educação brasileira. Um documento que trazia reflexões críticas sobre a educação no país, apresentando alternativas para solucionar problemas educacionais que afetavam o progresso político, econômico e social. O manifesto propunha diretrizes para uma nova forma de organização do sistema educacional, baseados em princípios

democráticos que priorizam a participação cidadã, a liberdade, a solidariedade, o respeito à diversidade, igualdade de direitos etc (SILVA, 2007).

Esse movimento de reconstrução educacional gerou entre as grandes representatividades política da época – a frente da ANL (Aliança Nacional Libertadora) e da AIB (Ação integralista Brasileira) – inúmeros embates que ultrapassaram os limites do âmbito político para repercutir-se dentro do âmbito educacional: de um lado estavam os educadores e intelectuais “liberais” protagonistas do Manifesto, que propunham uma ruptura com o modelo tradicional da educação e, do outro, os “conservadores” apoiadores da Igreja Católica, que buscavam sustentá-lo. Essas divergências centravam-se em alguns pontos importantes para transformar a educação tais como a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino elementar; o currículo escolar laico e a coeducação dos sexos (FILHO, 2005, p.05).

As propostas trazidas pelo manifesto, embora tenham conflagrado inúmeras disputas políticas, serviram para fomentar, naquele contexto histórico, um sentimento de cooperação entre o Estado e as instâncias sociais, que motivados pelo desejo de promover uma transformação mais significativa do processo educativo, uniram-se em prol da educação, mostrando, pela primeira vez, que todos os problemas relacionados à educação deveria ser visto “não por um anglo restrito, mas pelo único e justo ponto de perspectiva: o de conjunto” (AZEVEDO *et al*, 2010, p 144). O manifesto trazia valorosas sugestões para o melhoramento da educação e, por isso, influenciou a elaboração da Constituição de 1934. A primeira a possuir um capítulo inteiro direcionado a educação e a cultura, estabelecendo-a, em seu artigo 149, como direito de todos e dever do poder público e da família (MACHADO e TERUYA, 2007, p. 15).

Nesse processo de reconstrução da educação, a preocupação com os níveis de alfabetização também existia. No entanto, ela não ficou restrita, apenas, a aprendizagem das crianças. Ela estava, sobretudo, voltada a alfabetização dos jovens e adultos, pois, seriam deles a força que iria impulsionar o crescimento industrial no país (AZEVEDO *et al*, 2010). Contudo cabe lembrar que a alfabetização aqui mencionada, nada tem a ver com a proposta freiriana, de uma alfabetização para emancipação política, mas com uma alfabetização que serviria para, apenas, desempenhar a funções no novo mercado de trabalho desenvolvimento: a indústria.

Apesar de haver essa preocupação entorno da alfabetização e do desejo de elevar os níveis de alfabetismo da população adulta, o Estado, após a promulgação da constituição 1934, não priorizava o ensino primário, que deveria ser gratuito e integral. Situação que somente seria amenizada após 1937, quando o Estado, iniciaria estudos sobre o quadro educativo nacional, passa a traçar nova política em relação a alfabetização e o ensino primário (QUADROS, 2014).

Na verdade, apesar da aparente preocupação com a qualidade da alfabetização e o ensino primário, o foco do governo estava voltado ao ensino secundário (técnico) – o que deveria ser oferecido a grande parte da população – e o superior (de cunho humanístico), com o objetivo de capacitar, principalmente, a elite para assegurar a continuidade do poder político-econômico do país nas mãos dessa minoria. Situação que, segundo Romanelli (1999), ocorria devido ao fato de que “a intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a Revolução de 30 acabou por representar, determinava conseqüentemente o aparecimento de novas exigências educacionais”, modificando “profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado” (ROMANELLI, 1999, p. 59).

A expansão das ideias capitalistas e da intensificação das forças produtivas, mostraram a importância da alfabetização e da educação e, isso, contribuiu para que o Estado visse nelas a possibilidade de somar sua função social a política, transformando-as em instrumentos de reconstrução nacional, que teriam como função político-social garantir a promoção dos sujeitos e da sociedade (ANDREOTTI, 2006). Nessa época, a educação, de caráter liberal, embora estivesse a serviço dos interesses do Estado e dos setores políticos econômicos – servindo de importante instrumento ideológico para legitimar, no seio da sociedade, a ideia de liberdade individual e competitividade – também serviu de ferramenta para transformar concepções e abalar antigos paradigmas políticos e sociais, de modo a promover no âmbito social o desejo de luta por igualdade de direitos e oportunidade, sedimentando a ideia de que alfabetização e educação pública de qualidade poderia e deveria ser direitos promovidos pelo Estado.

A Segunda República representou uma das mais importantes fases históricas da Educação brasileira, pois, foi a partir dela que o Estado passa a realmente demonstrar a importância da sua intervenção no processo de consolidação da qualidade educativa e a sociedade passa a despertar-se para a necessidade de se integrar nos problemas políticos e educacionais, reivindicando direitos e abrindo as possibilidades para a democratização do sistema de ensino e social. Nessa fase, as inúmeras disputas políticas e ideológicas que ocorreram contribuíram para transformarem a realidade educacional e social da época, contribuindo para que, ainda hoje, se perceba sua influência no modo de pensar e promover a educação.

RESULTADOS

Após toda essas discussões entendeu-se que, desde o período colonial, a educação teria sido utilizada como instrumento de controle social e imposição ideológica. Uma ferramenta

política utilizada para, no primeiro momento, dominar os povos conquistados e transformá-los em objeto de exploração, capazes de com a força do trabalho, fortalecerem o projeto mercantilista do poder vigente. Momento histórico, em que a presença da Igreja (instituição social) teria sido uma importante aliada do Estado, por criar um modelo de sistema educativo tão eficiente, que , por séculos contribuiu, para conservar a desigualdade social e garantir o poder do conhecimento e o econômico nas mãos das classes mais abastadas.

A educação, nesse primeiro momento, serviu para alienar/domesticar e explorar as classes populares, fortalecendo cada vez mais poder dominante. Contudo não se pode ignorar, que foi também graças à ela que se refletiu e se questionou a realidade, de modo a construir os primeiros pilares para se criar um movimento contrário ao poder dominador do Estado e a favor da liberdade e da igualdade entre as pessoas. O acesso à educação, mesmo de modo precário, naquele momento, pode abrir caminhos para que se fortalecesse novas ideias e concepções, motivadas pelo iluminismo, que influenciaram e criaram novos posicionamento ideológicos que levariam a uma reorganização das estruturas de poder dentro daquela sociedade. Fato que contribui para que houvesse a primeira tentativa de implantar uma nova percepção do mundo fenomênico e se refletisse sobre a possibilidade de construir um novo modelo de homem, educação e sociedade.

Fato que ficou evidenciado quando se analisou o processo de implantação das reformas político-educativas desenvolvidas tanto no período pombalino, quanto no período Imperial, em que o poder vigente, mesmo relutando para preservar os interesses político-econômicos e solidificar, cada vez mais, seu poder, foi impulsionado pelo movimento iluminista à promover melhorias na educação, confrontando ideais capitalistas da elite colonial e da Coroa portuguesa, para tomar algumas medidas político-educativas que contribuíssem para garantir avanços, mesmo que minimamente, para educação, sinalizar novas possibilidades políticas para combater o analfabetismo e reduzir as desigualdade intelectuais e sociais.

Os fatos ocorridos, principalmente, no período Imperial, mostraram que mesmo enfrentando resistência do poder público, a influência dos ideais iluministas (igualdade, liberdade e fraternidade) ganham destaque, inspirando a Constituinte de 1824, trazendo benefícios significativos para educação do país, pois, estimulou a criação de políticas educativas que, mesmo excludente e discriminatória, pode desempenhar um importante papel social, garantindo a formação de sujeitos reflexivos e críticos diante da realidade que se apresentava. Intelectuais que motivados pelo desejo da solidariedade humana, se sensibilizaram com a discrepância social e lutaram para ampliar as possibilidades educativas da população menos favorecida. E isso, embora incluísse os interesses político-econômicos, foi fundamental para

que, através da educação, essa parte da população se compreendesse como parte importante do processo político-social, ganhando mais consciência sobre a importância da sua participação no processo de transformação da sociedade e do regime de governo em vigor.

Na Primeira e Segunda República, também, ocorreram fatos importantes que puderam contribuir significativas para transformação a educação do país. Períodos em que se intensificaram os movimentos sociais em prol de um projeto político-econômico e social cujo principal sustentáculo seria a educação. Um projeto paradoxal que, ao mesmo tempo, em que utilizava o discurso da reconstrução social por meio da valorização da educação pública, na prática, tentava restringir o poder libertador dessa educação, a fim de promover o interesses capitalista industrial. Uma ideia que ainda hoje, alimenta o círculo vicioso de vislumbrar à educação, apenas, como ferramenta ideológica para usufruto do sistema político-econômico.

Apesar disso, esse projeto foi fundamental para propiciar, pela primeira vez, à universalização dos conhecimentos e saberes sem restrições, criando propostas políticas que democratizaram à alfabetização e o acesso ao sistema educativo e que, de certa forma, beneficiaram as camadas populares, ampliando suas chances de, por meio da educação, compreender melhor as relações de poder que se constituíam na sociedade e buscar formas de torná-la mais justa e igualitária. Ao analisar e refletir os fatos decorrentes desse período histórico, percebeu-se que, embora os interesses políticos e econômico continuassem a sobressair-se, como ocorreu em épocas anteriores, a preocupação com o sujeito e sua dignidade humana tornar-se-ia um fator determinante para impulsionar as tomadas de decisões políticas no momento de elaborar o novo projeto educacional, em que buscava-se fortalecer à educação pública, dando-lhe mais qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer esse recorte, o presente estudo mostrou que, ao longo da História da educação no Brasil, em diversos momentos o processo educativo foi usado com diferentes intencionalidades, transformando-se em uma importantes ferramentas de conservação do poder dominante. No entanto, nesse contexto, paradoxalmente, ela também encontraria espaços para se resignificar e tornar-se importante instrumento de combate a esse poder dominador vigente, possibilitando a ampliação dos conhecimento e os saberes que levariam a uma amplitude de consciência político-social das camadas populares. Levando-as reflexão e ao questionamento diante das desigualdades intelectuais e sociais que existiam. E seria, a partir desse entendimento, que a educação tornara-se uma valiosa oportunidade de promoção do

desenvolvimento individual e coletivo e, por isso, seu acesso deveria ser democrático para que todas as classes sociais tivessem o direito de usufruí-la. Todavia, percebeu-se que essa ideia de universalização ou democratização da educação nem sempre foi assimilada por todos, talvez, por isso, no Brasil, durante séculos (e ainda hoje) a educação pública continua sendo alvo de disputas ideológicas e de interesses políticos obscuros que se alternam, mas cujos objetivos são os mesmos: enfraquecê-la e sufocá-la, na tentativa por meio da ignorância da classes populares, continuar conservando sua ideologia e perpetuarem as relações de poder no seio da sociedade.

A análise cronológica e as contribuições teóricas apresentados foram fundamentais para ampliar a compreensão acerca da relação entre política, sociedade e educação nos períodos Colonial, Imperial e Segunda República e, a partir disso, poder entender que no Brasil, desde a sua conquista, o Estado, apoiado por outras esferas sociais, tem procurado utilizar a educação como importante ferramenta de conservação do poder dominante. Utilizando-a como via para dar ou retirar dos sujeitos a possibilidade de se desenvolver intelectualmente e socialmente e, por isso, ao longo dos séculos, tem procurado direcioná-la estrategicamente para continuar propagando suas ideologias e, com isso, poder efetivar suas aspirações político-econômica. Contudo, percebeu-se que, do mesmo modo que a educação foi influenciada pelo poder dominador, ela, também, teve poder para influenciar e transformar sujeitos-históricos em agentes de transformação social, alterando mentalidades e o contexto político-social em diferentes épocas, infiltrado novos conhecimentos, concepções e posicionamentos ideológicos que “retroalimentam” as lutas em prol da equidade de oportunidades educativas, da igualdade de direitos e da justiça sociais.

Portanto, entende-se que, nessas e em outras épocas, a educação foi e, ainda, é concebida como a chave que serve para conservar ou romper com as estruturas de poder que sustentam tanto o campo político, quanto o social. A educação é o caminho que pode facilitar ou dificultar o desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade, pois, é através dela que se define os papéis sociais e os posicionamentos ideológicos, determinando o tipo de cidadão e de sociedade que um país pretende construir.

REFERÊNCIAS

ANDREOTTI, Azilde Lina. **A administração escolar na Era Vargas e no nacional desenvolvimentismo (1930 - 1964)**. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n. especial, p.102–123, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584.

AZEVEDO, F. et al. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959). Recife: Fundação Joaquim Nabuco/MEC, 2010. (Coleção educadores).

BROCCOLI, Angêlo. **Antônio Gramsci y la educación como hegemonia**. Trad. Fernando Mateo, México, Nueva Imagem, 1977.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Heranças - A educação no Brasil Colônia**. Rev. ANPOLL, n. 8, p. 87-102, jan./jun. 2000. Disponível em:

<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/viewFile/351/360>

FILHO, João Cardoso Palma. **A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas**.

Universidade estadual Paulista. UNIVESP. 2005. Disponível em:

<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>. Acesso: 23 de fevereiro de 2019.

GADOTTI, Moacir (1941). **Concepções dialética da educação: um estudo introdutório**. 16 ed. São Paulo. Cortez. 2012.

GHIRALDELLI, Paulo. **História da educação brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, Daniella de Jesus et al. **Entre o período republicano e a sociedade da Cultura midiática: ensino de leitura e escrita**. 2015. Disponível em

<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/download/1707/133>. Acesso: 14 de fevereiro em 2019.

MACHADO, S. F.; TERUYA, T. K. **O Manifesto de 1932 e as repercussões na formação de professores da rede pública de ensino**. In: VII Jornada do HISTEDBR, 2007, Campo Grande, 2007. 20 p. Disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT2%20PDF/O%20MANIFESTO%20DE%201932%20E%20AS%20REPERCUSS%20ES%20NA%20FORMA%20C7%20O%20DE.pdf. Acesso em 15 fevereiro 2019.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Educação e Política nos Anos 30: a presença de Francisco Campos**. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 73, n. 17- 4, p. 291-321, maio/ago. 1992. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/rbep/article/viewFile/1257/1231>. Acesso 18 de fevereiro de 2019.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Seminário: Alfabetização e letramento em debate. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Brasília. 2006

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **O Império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional**. Histedbr. Faculdade de educação. UNICAMP. 2006 (1822-1889). Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html. Acesso em 22 de fevereiro de 2019.

NETO, Alexandre Shigunov, e MACIEL, Lizete Shizue Bomura. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões**. Educar, n. 31, p. 169-189, Editora UFPR. Curitiba. 2008.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de; VOGT, Ana Maria Cordeiro. **A educação no Brasil Império: implicações políticas e sociais na organização do ensino na província do Paraná**. Revista Alpha, (13): 70-83, 2012. Centro Universitário de Patos de Minas. Disponível em:

http://alpha.unipam.edu.br/documents/18125/25962/A_educacao_no_Brasil_imperio.pdf. Acesso: 25 de fevereiro de 2019.

